

Consultor apóia o Fundo Brasil

Divida Externa

CRISTINA ALVES
Colaboradora

Rio — A renegociação da dívida externa do Terceiro Mundo só será possível na medida em que a economia mundial se ajustar, buscando atenuar os efeitos do déficit orçamentário e comercial norte-americano que juntos, já atingem cerca de US\$ 350 bilhões. Para isso, o fundamental é que o Japão e a Alemanha acenem com a disposição de aumentar os seus déficits públicos. E, ainda dentro dessa linha de ajuste, os organismos multilateral de crédito, como o FMI, o BID e o BIRD, terão de aumentar substancialmente seus recursos para assegurar aos países endividados o crescimento a taxas históricas.

A avaliação é de Philip Glaessner, ex-consultor do Banco Mundial, que durante seis anos atuou como administrador-adjunto da Aliança para o Progresso e foi o primeiro chefe da Divisão de Brasil e Bolívia no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Glaessner participou também da equipe norte-americana das comissões conjuntas Brasil — EUA. De nacionalidade norte-americana, ele é graduado em economia pelas universidades de Cambridge e de Nova Iorque.

FUNDO BRASIL

Defendendo enfaticamente a necessidade de aumento do nível de recursos dos organismos de crédito — principalmente para a América Latina —, Glaessner elogiou a proposta de criação do Fundo Brasil, permitindo que os recursos sejam distribuídos pelos mercados de valores mobiliários. Nos últimos 15 anos, disse, tem-se mantido, a nível mundial uma relação capital de risco x dívida externa bastante perigosa, distante das experiências históricas. E um

fundo de investimentos semelhantes ao modelo coreano seria, então, a solução ideal para se diversificar as aplicações de recursos sem correr o risco de desnacionalização da economia, uma vez que a participação do capital estrangeiro estaria distribuída por diferentes setores industriais, afirmou.

O fato de muitos bancos estrangeiros terem elevado os seus níveis de reserva como

Uma relação perigosa vem ocorrendo em todo o Terceiro Mundo, entre capital externo de risco e empréstimos, segundo

o ex-consultor do Bird, Philip Glaessner, em visita ao Brasil

proteção contra uma possível suspensão dos pagamentos, para Glaessner, indica apenas que eles estão ansiosos por encontrar soluções para os países endividados, incluindo aí a possibilidade de conversão dos empréstimos com desconto em capital social ou com participação sob a forma de bônus.

Philip Glaessner disse ainda que os títulos da dívida vêm sendo negociados hoje, no mercado secundário, com um desconto da ordem de 30 por cento. A Salomon Brothers, por exemplo, uma das instituições interessadas em participar do Fundo Brasil, tem negociado os títulos da dívida brasileira na base de 65 por cento de seu valor normal, afirmou o economista. Os descontos maiores vêm sendo praticados nos títulos da dívida

boliviana e nicaraguense e os menores, para os da dívida colombiana, destacou Glaessner. Voltando a sustentar a importância do mecanismo de conversão, o ex-consultor do BIRD lembrou que, no Chile, 5 ou 6 por cento do total da dívida — ou seja, cerca de US\$ 500 milhões — já foram convertidos.

O ex-presidente do Banco Central da Argentina, Felipe Tami, consultor privado e assessor especial da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento, por sua vez, esclareceu que o processo de conversão da dívida argentina vem sendo agilizado nos últimos meses.

11 JUL 1987 ACORDO

Para Philip Glaessner, o acordo estabelecido com os credores e o México foi "bastante interessante", na medida em que os bancos comerciais estrangeiros se mostram dispostos a reduzir suas margens de risco, reduzindo as taxas a um nível entre a **prime** norte-americana e a **libor** do mercado londrino, um fenômeno com que Felipe Tami disse concordar. Afinal, isso talvez comece a acontecer com os argentinos.

Glaessner, que participou esta semana do VI Curso Internacional sobre Bancos de Desenvolvimento, promovido pela ABDE (Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento), ao lado de Felipe Tami, considerou ainda que a desvalorização do dólar atenua o endurecimento na política protecionista norte-americana. Isto porque passa a ser naturalmente mais vantajoso comprar os produtos internacionalmente no mercado dos EUA, sem necessidade de que o país se preocupe com uma competitividade maior no mercado externo, onde qualquer compra à base de Ien ou Marco alemão sairá muito mais cara. São portas abertas, portanto, para negociação envolvendo outros países, concluiu.